



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025
Concessão de Uso do Complexo Turístico Ferroviário da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

ANEXO XIII - GLOSSÁRIO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025

Concessão de Uso do Complexo Turístico Ferroviário da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

- 1.1. Para os fins do CONTRATO, salvo disposição expressa em contrário, os termos, frases e expressões listados abaixo, quando utilizados neste CONTRATO e seus ANEXOS e redigidos em caixa alta ou com letras iniciais maiúsculas, deverão ser compreendidos e interpretados de acordo com os seguintes significados, podendo ser utilizados tanto no plural quanto no singular, sem qualquer alteração de sentido:

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas.
ACORDO TRIPARTITE	Acordo firmado entre o agente fiduciário representando os FINANCIADORES, o PODER CONCEDENTE, a AGÊNCIA REGULADORA e a CONCESSIONÁRIA, que disciplina a relação entre as três partes visando à plena execução do CONTRATO, bem como à preservação dos interesses dos FINANCIADORES.
ADJUDICATÁRIA	LICITANTE VENCEDORA à qual foi adjudicado o objeto da LICITAÇÃO, nos termos da legislação aplicável e do EDITAL.
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Órgãos ou entidades da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA direta e indireta, federal, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.
AGÊNCIA REGULADORA	A Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo, que exercerá papel de fiscalização da CONCESSÃO, assim como desempenhará outras obrigações contratuais, observadas as disposições do CONTRATO e de seus ANEXOS.
ANA	Agência Nacional de Águas.
ANEXOS	Conjunto de documentos, parte integrante do EDITAL e do CONTRATO, conforme rol constante do Item “F” do EDITAL e da Cláusula 73 do CONTRATO.
ANO DA CONCESSÃO	Período de 12 (doze) meses, contado a partir da DATA DE ASSINATURA, e assim sucessivamente.
APOIO TÉCNICO	Empresa ou consórcio de empresas a ser contratada(o) pela CONCESSIONÁRIA para atuar na CONCESSÃO como agente técnico e tecnológico para apoio às ações de monitoramento e fiscalização da AGÊNCIA REGULADORA, nos termos do CONTRATO e de seu ANEXO X.
APROVAÇÃO	Ato declaratório do AUDITOR INDEPENDENTE, fundamentado em relatórios e laudos técnicos de aferição, que atesta o cumprimento de todas as etapas, especificações técnicas e requisitos estipulados no CONTRATO e em seus ANEXOS, bem como das normas nacionais e internacionais, técnicas e métodos aplicáveis, cuja forma e prática de atuação estão previstas no CONTRATO e em seu ANEXO X.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025

Concessão de Uso do Complexo Turístico Ferroviário da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

ÁREA DA CONCESSÃO	Área sobre a qual serão prestadas as atividades objeto do CONTRATO, cujos contornos e limitação territorial encontram-se descritos no ANEXO I do CONTRATO.
AUDIÊNCIA PÚBLICA	Etapa inicial da LICITAÇÃO, nos termos do artigo 29 da Lei Estadual nº 10.177/1998 e do artigo 21 da LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, cuja realização se deu em [•], para tornar público o modelo da CONCESSÃO, esclarecer dúvidas e colher contribuições para o EDITAL, o CONTRATO e seus ANEXOS.
AUDITOR INDEPENDENTE	Empresa ou consórcio de empresas a ser contratada(o) pela CONCESSIONÁRIA que, sem prejuízo das competências fiscalizatórias e decisórias do AGÊNCIA REGULADORA, deve atuar como agente técnico e tecnológico responsável por atividades de acompanhamento, controle, conferência, validação e APROVAÇÃO, conforme previsto no CONTRATO e em seu ANEXO X.
AVCB	Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros, documento emitido pelo Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo (CBPMESP), certificando que, durante a vistoria, a edificação possuía as condições de segurança contra incêndio.
B3	B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, situada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua XV de Novembro, nº 275, responsável pela prestação de serviços especializados de assessoria técnica e apoio operacional relativos aos procedimentos necessários à realização da LICITAÇÃO.
BANCO DEPOSITÁRIO	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA autorizada a prestar os serviços de custódia de recursos financeiros para as PARTES, nos termos do CONTRATO e de seus ANEXOS.
BENS INTEGRANTES ou BENS INTEGRANTES DA CONCESSÃO	Todo e qualquer bem afeto ou associado à exploração da ÁREA DA CONCESSÃO ou à prestação dos SERVIÇOS, cuja posse, guarda, manutenção, conservação e vigilância são de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, incluindo: (i) bens caracterizados ou não como BENS REVERSÍVEIS; e (ii) bens repassados pelo PODER CONCEDENTE ou adquiridos ou incorporados por ação da CONCESSIONÁRIA.
BENS REVERSÍVEIS	Bens que, conforme disposto no CONTRATO, serão revertidos ao PODER CONCEDENTE por ocasião do término da CONCESSÃO, incluindo, mas sem se limitar, área territorial, construções, equipamentos e outros bens afetados à CONCESSÃO, materiais,

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025

Concessão de Uso do Complexo Turístico Ferroviário da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

		software, instalações, acessórios e todo aquele bem móvel ou imóvel, incorporado ou não, que seja utilizado na prestação dos SERVIÇOS ou na exploração da ÁREA DA CONCESSÃO.
CADE		Conselho Administrativo de Defesa Econômica, ou a entidade que venha a substituí-lo.
CDPED		Conselho Diretor do Programa de Desestatização.
COMISSÃO TÉCNICA		Comissão constituída pelas PARTES <i>ad hoc</i> , sob a natureza de <i>dispute board</i> , para solucionar divergências relativas ao CONTRATO de natureza técnica, nos termos da Cláusula 69 Erro! Fonte de referência não encontrada. do CONTRATO.
COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO	DE	Comissão, a ser insttuída nos termos do CONTRATO, que visa acompanhar a devolução ou transferências dos BENS REVERSÍVEIS.
CONCESSÃO		Relação jurídica formada pela delegação das atividades objeto do CONTRATO, pelo PODER CONCEDENTE, por intermédio da SPI, à CONCESSIONÁRIA, para que as exerça em seu próprio nome e por sua conta e risco, nos termos, prazos e condições estabelecidas no CONTRATO e nos seus ANEXOS.
CONCESSIONÁRIA		SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO, na forma de sociedade anônima, constituída pela ADJUDICATÁRIA, de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com a finalidade exclusiva de executar o objeto do CONTRATO.
CONCORRÊNCIA		Modalidade de licitação prevista no inciso XXXV do artigo 6º c/c o artigo 52 da LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, eleita para a LICITAÇÃO.
CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO	DE	Documentos e respectivas condições observados e apresentados pelos participantes da LICITAÇÃO, relativos à HABILITAÇÃO JURÍDICA, REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, QUALIFICAÇÃO TÉCNICA e QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, na forma do EDITAL.
CONSULTA PÚBLICA		A Consulta Pública nº 06/2025, etapa da LICITAÇÃO realizada para divulgação da minuta de EDITAL, do CONTRATO e demais ANEXOS, bem como para o recebimento de sugestões dos interessados.
CONTA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO		Conta corrente de titularidade da CONCESSIONÁRIA, com movimentação restrita, disciplinada nos ANEXO XI e XI.B do CONTRATO.
CONTA CENTRALIZADORA		Conta corrente de titularidade da CONCESSIONÁRIA, com movimentação restrita, disciplinada no ANEXO XI e XI.C do

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025

Concessão de Uso do Complexo Turístico Ferroviário da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

		CONTRATO.
CONTRATO		O instrumento contratual que figura como minuta no ANEXO III do EDITAL, que tem por objeto a CONCESSÃO para exploração da ÁREA DA CONCESSÃO e prestação dos SERVIÇOS.
CONTRATOS DE SERVIÇOS ESSENCIAIS		Contratos atualmente vigentes, celebrados pela EFCJ, que serão objeto de transferência para CONCESSIONÁRIA, na forma do item 4 da parte II do ANEXO III do CONTRATO.
CONTROLADOR(ES)		Pessoa, natural ou jurídica, ou grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto ou sob controle comum, que exercem o CONTROLE da CONCESSIONÁRIA, direta ou indiretamente, isolada ou conjuntamente.
CONTROLADORA DE DADOS PESSOAIS	DE	Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS, na forma da Lei Federal nº 13.709/2018 e da legislação estadual de regência.
CONTROLE		Observados os termos do art. 116 da Lei Federal nº 6.404/76, significa a titularidade de direitos de: (a) deter a maioria dos votos nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores ou gestores de outra pessoa, fundo de investimento ou entidade de previdência complementar, conforme o caso; e (b) usar efetivamente seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento ou gestores de outra pessoa, fundo de investimento ou entidade de previdência complementar.
CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO	DE	Documento integrante do PROGRAMA DE EXECUÇÃO, a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA, contendo: (i) cada um dos EMPREENDIMENTOS indicados no ANEXO II.C; (ii) prazos para a execução de todas as atividades necessárias para execução dos EMPREENDIMENTOS, observado o encadeamento da execução das obras, em relação às interdependências com atividades futuras do CONTRATO; e (iii) datas previstas de início e término de cada atividade, a permitir a verificação e certificação do cumprimento das obrigações, respeitando o limite dos marcos temporais no ANEXO II.C. O CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO será utilizado para fins de gestão contratual e acompanhamento da realidade fática das obras dos EMPREENDIMENTOS, devendo ser mantido permanentemente atualizado, de acordo com as perspectivas mais atuais de evolução dos EMPREENDIMENTOS, ainda que

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025

Concessão de Uso do Complexo Turístico Ferroviário da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

		indiquem atrasos, antecipações ou postergações em relação aos CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS, nos termos previstos no CONTRATO e no seu ANEXO IV.
CRONOGRAMA DE INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	DE DO	Cronograma previsto na Cláusula 38.3.2 Erro! Fonte de referência não encontrada. do CONTRATO.
CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO		Documento integrante do PROGRAMA DE EXECUÇÃO, a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA de forma individual para cada EMPREENDIMENTO, nos termos do CONTRATO e dos seus ANEXOS, em especial os ANEXOS II.C e IV.Os CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS não se confundem com o CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO, e somente poderão ser alterados nas hipóteses previstas no CONTRATO e no seu ANEXO IV.
CPP		Companhia Paulista de Parcerias.
CVM		Comissão de Valores Mobiliários, criada pela Lei Federal nº 6.385/1976.
DADO PESSOAL		Informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável.
DAEE		Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo.
DATA BASE		Considera-se 1º de agosto de 2024 como data-base para os valores expressos no EDITAL, no CONTRATO e em seus ANEXOS.
DATA DE ASSINATURA		Data de assinatura do CONTRATO, isto é, [•].
DATA ROOM		Endereço eletrônico, no sítio [•], em que os interessados poderão obter o EDITAL e seus ANEXOS, bem como outras informações a respeito da LICITAÇÃO.
DECLARAÇÃO DE CONCLUSÃO DE EMPREENDIMENTO	DE DE	Declaração a ser emitida pela AGÊNCIA REGULADORA atestando a conclusão de cada EMPREENDIMENTO pela CONCESSIONÁRIA.
DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA ou DUP	DE ou	Decreto editado pelo Chefe do Poder Executivo do Estado de São Paulo declarando a utilidade pública das áreas necessárias para a implantação de EMPREENDIMENTOS objeto da presente CONCESSÃO, para fins de desapropriação e/ou servidão administrativa.
DIRETRIZES DE CONVIVÊNCIA	DE	Documento que estabelece as regras de convivência a serem respeitadas pela CONCESSIONÁRIA, AGÊNCIA REGULADORA e outros prestadores de serviços, públicos ou privados, cuja atuação tenha interface com a prestação dos SERVIÇOS ou com

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025

Concessão de Uso do Complexo Turístico Ferroviário da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

		a ÁREA DA CONCESSÃO, conforme o procedimento estabelecido no ANEXO V.
DOCUMENTOS CREDENCIAMENTO	DE	Documentos indicados no item 10.1 do EDITAL.
DOCUMENTOS HABILITAÇÃO	DE	Documentos exigidos da LICITANTE durante a LICITAÇÃO, relativos à HABILITAÇÃO JURÍDICA, REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, QUALIFICAÇÃO TÉCNICA e QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, conforme definido no EDITAL.
DOE/SP		Diário Oficial do Estado de São Paulo.
EDITAL DE LICITAÇÃO ou EDITAL		O Edital de CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [•] e todos os seus ANEXOS.
EFCJ		A Estrada de Ferro de Campos de Jordão, órgão governamental que integra a estrutura da Secretaria de Transportes Metropolitanos do Estado de São Paulo.
EMPREENHIMENTOS		Ações de investimento sob a responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, compreendendo obras civis (construção, reconstrução, ampliação, reforma e realocação), implantação de SISTEMAS e de infraestrutura, aquisição de MATERIAL RODANTE e de equipamentos, relacionados no ANEXO II.C, com o objetivo de promover a implantação, requalificação, ampliação, adequação e modernização da infraestrutura da ÁREA DA CONCESSÃO e dos SERVIÇOS.
ENVELOPE		Invólucros lacrados, nos quais será entregue toda a documentação exigida no EDITAL.
ESTADO		Estado de São Paulo, unidade territorial e administrativa da República Federativa do Brasil.
ESTUDOS DE VIABILIDADE		Estudos de viabilidade técnica, econômico-financeira e ambiental da CONCESSÃO, elaborados pelo PODER CONCEDENTE.
EVENTO SEGURÁVEL		Evento objeto de cobertura de seguro oferecido no Brasil, à época de sua ocorrência, há pelo menos 2 (dois) anos e por pelo menos 2 (duas) seguradoras.
EVENTO DESEQUILÍBRIO	DE	Evento, ato ou fato que desencadeia o desequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO e que enseja a recomposição de seu equilíbrio econômico-financeiro, correspondente ao impacto econômico-financeiro efetivamente suportado pela CONCESSIONÁRIA ou pelo PODER CONCEDENTE.
FASE DE OPERAÇÃO COMERCIAL		Período da CONCESSÃO no qual a CONCESSIONÁRIA poderá iniciar, após a avaliação pelo AUDITOR INDEPENDENTE e a

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025

Concessão de Uso do Complexo Turístico Ferroviário da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

	aprovação da AGÊNCIA REGULADORA, a OPERAÇÃO COMERCIAL dos SERVIÇOS DE PASSEIO TURÍSTICO, nos termos do seu PLANO DE IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO, conforme detalhado na Cláusula 10 do CONTRATO e no seu ANEXO III.
FASE PRÉ-OPERACIONAL	Período preparatório da CONCESSÃO, que terá como objetivos: (i) transferir à CONCESSIONÁRIA os bens integrantes da INFRAESTRUTURA EXISTENTE, bem como a documentação técnica pertinente à CONCESSÃO, de propriedade do PODER CONCEDENTE e/ou da EFCJ; e (ii) implementar os treinamentos e a transferência de conhecimento aos MULTIPLICADORES DA CONCESSIONÁRIA, nos termos do CONTRATO e do ANEXO III.
FATO DO PRÍNCIPE	Medida superveniente e imprevista, tomada pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, e que não possua relação direta com o CONTRATO, mas que, produzindo efeitos sobre este, comprovadamente modifica as condições de execução contratual, impactando o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.
FERROVIA	Trecho ferroviário integrante do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ, descrito no ANEXO I do CONTRATO, que integra o objeto da CONCESSÃO.
FGV	Fundação Getúlio Vargas.
FINANCIADORES	Bancos comerciais, bancos de desenvolvimento, agências multilaterais, agências de crédito à exportação, agentes fiduciários, administradores de fundos ou outras entidades que concedam financiamento à CONCESSIONÁRIA ou representem as partes credoras neste financiamento.
FINANCIAMENTO DE LONGO PRAZO	A operação contratada pela CONCESSIONÁRIA, como devedora, para obter recursos de terceiros para a execução de suas obrigações contratuais, cujas obrigações de pagamento do montante principal da dívida tenham prazo médio de vencimento superior a 5 (cinco) anos.
FLUXO DE CAIXA MARGINAL	Metodologia eleita pela Cláusula 29.3.2 Erro! Fonte de referência não encontrada. do CONTRATO para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO quando da ocorrência de determinados tipos de EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO.
GARANTIA DE EXECUÇÃO ou GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO	Garantia do fiel cumprimento das obrigações da CONCESSIONÁRIA previstas no CONTRATO, a ser prestada e mantida pela CONCESSIONÁRIA, em favor do PODER CONCEDENTE, nos montantes e nos termos definidos na Cláusula

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025

Concessão de Uso do Complexo Turístico Ferroviário da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

	52 do CONTRATO.
GRUPO ECONÔMICO	Compõem o GRUPO ECONÔMICO da LICITANTE ou da CONCESSIONÁRIA as sociedades coligadas, controladas ou de simples participação, nos termos dos artigos 1.097 e seguintes do Código Civil e do artigo 243, § 1º e § 2º, da Lei Federal nº 6.404/76. São, igualmente, considerados como GRUPO ECONÔMICO as empresas ou fundos de investimentos que possuam diretores, administradores, exceto conselheiros de administração, gestores ou acionistas (com mais de 10% (dez por cento) de participação) ou representantes legais comuns, bem como aquelas que dependem econômica ou financeiramente de outra empresa ou fundo de investimento. São, também, classificados como GRUPO ECONÔMICO empresas ou fundos de investimento sujeitos a uma mesma estrutura global, incluindo compartilhamento global de conhecimento, governança e política corporativa.
HABILITAÇÃO JURÍDICA	Documentação necessária à comprovação da presença das condições jurídicas necessárias para contratação com o PODER CONCEDENTE, estabelecida no Item 13.5 e seguintes do EDITAL.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
ICMS	Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.
INDICADORES DE DESEMPENHO	Conjunto de parâmetros medidores da qualidade dos SERVIÇOS prestados pela CONCESSIONÁRIA, utilizados para determinar o IQS, conforme detalhado na Cláusula 22 Erro! Fonte de referência não encontrada. do CONTRATO e em seu ANEXO VI.
INFRAESTRUTURA EXISTENTE	Toda a infraestrutura disponibilizada pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA, por meio da assinatura do TERMO DE ENTREGA DA INFRAESTRUTURA EXISTENTE, contida na ÁREA DA CONCESSÃO, constante do ANEXO I do CONTRATO, tais como PRAC, território, vias, estações, edificações, instalações, sistemas, MATERIAL RODANTE, equipamentos, máquinas, componentes e sobressalentes, que serão utilizados, juntamente com os EMPREENDIMENTOS, para a exploração da ÁREA DA CONCESSÃO e para a prestação dos SERVIÇOS.
INFRAESTRUTURA INCORPORADA	Infraestrutura, distinta dos EMPREENDIMENTOS, que resulte de obras na ÁREA DA CONCESSÃO, realizadas pelo PODER CONCEDENTE ao longo do PRAZO DA CONCESSÃO, direta ou

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025

Concessão de Uso do Complexo Turístico Ferroviário da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

	indiretamente, ou, ainda, por TERCEIROS INTERESSADOS, que viabilizem a expansão ou a melhoria na operação da ÁREA DA CONCESSÃO ou na prestação dos SERVIÇOS, ou, ainda, gerem benefícios aos USUÁRIOS.
INGRESSOS	Valores cobrados dos USUÁRIOS para utilização dos SERVIÇOS DE PASSEIO TURÍSTICO, em conformidade com o disposto no CONTRATO e no seu ANEXO XIV.
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia.
INSS	Instituto Nacional da Seguridade Social.
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	Qualquer instituição autorizada pelo Banco Central do Brasil ou órgão análogo, quando se tratar de instituição estrangeira, que tenha como atividade principal ou acessória a coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, bem como a custódia de valor de propriedade de terceiros.
INTERFERÊNCIAS	Instalações aéreas, superficiais ou subterrâneas, de utilidades públicas ou privadas, bem como de infraestrutura urbana ou rural, que possam vir a interferir ou sofrer interferência, direta ou indireta, com as atividades a cargo da CONCESSIONÁRIA.
INVENTÁRIO	Relação dos BENS INTEGRANTES, a ser mantida e atualizada pela CONCESSIONÁRIA durante o PRAZO DA CONCESSÃO, a ser composto pelos documentos indicados na Cláusula 13.1 do CONTRATO.
INCC	Índice Nacional da Construção Civil, calculado pela FGV.
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo, calculado pelo IBGE.
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano, tributo de competência municipal incidente sobre a propriedade de imóvel em área urbana.
IQS	Indicador de Qualidade dos Serviços, que consiste em parâmetro de avaliação da qualidade dos SERVIÇOS prestados pela CONCESSIONÁRIA, determinado conforme previsto no ANEXO VI do CONTRATO.
ISSQN ou ISS	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, tributo de competência municipal previsto na Lei Complementar nº 116/2003.
LEI DAS CONCESSÕES	Lei Federal nº 8.987/1995, e respectivas alterações e regulamentação.
LEI DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS	Lei Federal nº 6.404/76 e respectivas alterações e regulamentação.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025

Concessão de Uso do Complexo Turístico Ferroviário da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	Lei Federal nº 14.133/2021, e respectivas alterações e regulamentação.
LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO	Lei Federal nº 12.527/2011, e respectivas alterações e regulamentação.
LEI DE PROTEÇÃO E DEFESA DOS USUÁRIOS	Lei Federal nº 13.460/2017, e respectivas alterações e regulamentação.
LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS	Lei Federal nº 13.709/2018, e respectivas alterações e regulamentação.
LICENÇAS AMBIENTAIS	São as licenças ambientais necessárias para execução do objeto do CONTRATO, conforme disciplinado na Cláusula 49 Erro! Fonte de referência não encontrada. do CONTRATO e em seu ANEXO II.A, que devam ser obtidas pela CONCESSIONÁRIA, ainda que através do requerimento de licenciamento ambiental conjunto com terceiros, ou que sejam transferidas pelo PODER CONCEDENTE.
LICITAÇÃO	Procedimento administrativo consubstanciado na CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [•], para seleção da CONCESSIONÁRIA que executará o objeto da CONCESSÃO.
LICITANTE	Sociedade brasileira ou estrangeira, fundo de investimento e/ou entidade que, isoladamente ou reunida em consórcio, participe da LICITAÇÃO.
LICITANTE VENCEDORA	LICITANTE declarada vencedora da LICITAÇÃO, por ter apresentado a PROPOSTA melhor classificada e atendido a todas as condições do EDITAL, à qual foi adjudicado o objeto da LICITAÇÃO.
LOA	Lei Orçamentária Anual.
MATERIAL RODANTE	Trens, nas características e quantidades expressas no ANEXO II.C do CONTRATO.
MULTIPLICADORES DA CONCESSIONÁRIA	Pessoas indicadas pela CONCESSIONÁRIA, vinculadas a ela e/ou ao OPERADOR SUBCONTRATADO, que: (i) serão capacitadas, com os treinamentos e a transferência do conhecimento do PODER CONCEDENTE a respeito das atividades de operação e de manutenção relacionadas aos SERVIÇOS DE PASSEIO TURÍSTICO,, nos termos do CONTRATO e de seu ANEXO III e (ii) serão responsáveis pela capacitação do restante do quadro de pessoal técnico da CONCESSIONÁRIA e/ou do OPERADOR SUBCONTRATADO, a ser mobilizado para esse fim, nos termos do CONTRATO e do seu ANEXO III.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025

Concessão de Uso do Complexo Turístico Ferroviário da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

MUNICÍPIOS	Os municípios de Campos do Jordão, Pindamonhangaba e Santo Antônio do Pinhal, nos quais se localiza a ÁREA DA CONCESSÃO.
NEGÓCIOS PÚBLICOS	Potenciais ativos ou fontes de geração de receitas adicionais, identificados pelo PODER CONCEDENTE ou pela CONCESSIONÁRIA, que possam ser explorados por meio de quaisquer arranjos jurídicos compatíveis com a legislação pertinente, incluindo estruturas contratuais ou societárias e ferramentas de direito societário e/ou de mercado de capitais, cuja proposição compreenda a participação conjunta entre a CONCESSIONÁRIA e o PODER CONCEDENTE, e que preveja regras claras sobre a forma de atuação e as responsabilidades dos atores público e privado, além do compartilhamento dos riscos envolvidos e das receitas estimadas, observados os requisitos previstos no ANEXO XII do CONTRATO.
NOTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO	Notificação encaminhada ao AUDITOR INDEPENDENTE pelo executor das obras da INFRAESTRUTURA INCORPORADA, com cópia para a CONCESSIONÁRIA e para o PODER CONCEDENTE, informando a conclusão das obras da INFRAESTRUTURA INCORPORADA, para fins de vistoria e de emissão de APROVAÇÃO.
NTN-B	Notas do Tesouro Nacional – Série B, título público com rentabilidade vinculada à variação do IPCA, acrescida de juros definidos no momento da compra.
ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO	Valor correspondente a 0,5% (meio por cento) da RECEITA BRUTA mensal auferida pela CONCESSIONÁRIA, a ser pago na forma da Cláusula 45.1 do CONTRATO e do seu ANEXO XI, à AGÊNCIA REGULADORA ou a órgão ou entidade da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA do ESTADO DE SÃO PAULO que, por força da lei ou decisão do PODER CONCEDENTE, exerça atividades de fiscalização no CONTRATO.
OPERAÇÃO COMERCIAL	Atividade de operação dos SERVIÇO DE PASSEIO TURÍSTICO, a serem prestados na forma do PLANO DE IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO, durante a FASE DE OPERAÇÃO COMERCIAL, em conformidade com o CONTRATO e os seus ANEXOS.
OPERADOR SUBCONTRATADO	Empresa contratada pela CONCESSIONÁRIA, detentora da atestação técnica exigida no Item 16.5, (iv), do EDITAL, para exercer a supervisão técnica da prestação dos SERVIÇOS DE PASSEIO TURÍSTICO, ou mesmo a própria prestação dos referidos serviços, sem qualquer prejuízo da responsabilidade integral da

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025

Concessão de Uso do Complexo Turístico Ferroviário da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

	CONCESSIONÁRIA pela prestação dos SERVIÇOS DE PASSEIO TURÍSTICO, nos termos da Cláusula 421 do CONTRATO e seguintes, e na forma do art. 25, § 1º, da LEI DAS CONCESSÕES.
OPERADORA DE DADOS PESSOAIS	Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS em nome do CONTROLADOR DE DADOS PESSOAIS.
OUTORGA FIXA	Valor ofertado na PROPOSTA DE PREÇO apresentada pelas LICITANTES durante o certame licitatório, o qual será pago pela ADJUDICATÁRIA ao CONCEDENTE como condição de assinatura do CONTRATO em conta bancária a ser por este indicada, conforme o regramento estabelecido neste EDITAL.
OUTORGA VARIÁVEL	Valor a ser pago pela CONCESSIONÁRIA, na forma prevista na Cláusula 20.1.2 do CONTRATO e do seu ANEXO XI.B, cujo cálculo poderá variar de acordo com o desempenho da CONCESSIONÁRIA no cumprimento dos INDICADORES DE DESEMPENHO, nos termos das Cláusulas 20Erro! Fonte de referência não encontrada. e 22Erro! Fonte de referência não encontrada. do CONTRATO, bem como dos seus ANEXOS VI e XI.
PACOTES DE INVESTIMENTOS	Eventos previstos no ANEXO XI.A do CONTRATO que materializam o dever de pagamento da parcela correspondente a título de RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO, nos termos previstos no CONTRATO e no seu ANEXO XI.
PARTES	PODER CONCEDENTE e CONCESSIONÁRIA.
PARTES RELACIONADAS	Qualquer pessoa física ou jurídica que integre o GRUPO ECONÔMICO da CONCESSIONÁRIA, bem como aquelas assim consideradas pelas normas contábeis vigentes.
PARTICIPANTE CREDENCIADO	Sociedade distribuidora ou corretora habilitada pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, devidamente autorizada a operar na B3, que, a critério da(s) LICITANTE(S), poderá ser contratada para representá-la(s) em todos os atos relacionados à LICITAÇÃO junto à B3, conforme o ANEXO II do EDITAL.
PASSIVO AMBIENTAL	Significa o conjunto de não conformidades ambientais na ÁREA DA CONCESSÃO, em relação à legislação ou ao licenciamento ambiental a que estão sujeitas.
PEMC	Política Estadual de Mudanças Climáticas, instituída pela Lei nº 13.798, de 09/11/2009.
PLANO COMERCIAL DE RECEITAS ACESSÓRIAS	Documento a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA e apresentado no prazo fixado na Cláusula 7.1 do CONTRATO, e, a partir de então, atualizado semestralmente, no qual a

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025

Concessão de Uso do Complexo Turístico Ferroviário da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

	CONCESSIONÁRIA apresentará os projetos para a exploração de todas as RECEITAS ACESSÓRIAS vislumbradas, nos termos da Cláusula 18 Erro! Fonte de referência não encontrada. do CONTRATO e de seu ANEXO XII.
PLANO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL RODANTE	Documento integrante do PLANO DE IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO, a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA e apresentado no prazo fixado na Cláusula 7.1 do CONTRATO, no qual a CONCESSIONÁRIA indicará as especificações técnicas e o cronograma detalhado de aquisição de MATERIAL RODANTE, contemplando todas as etapas de projeto, fabricação, testes e disponibilidade para operação, em conformidade com o ANEXO II.C.
PLANO DE COMUNICAÇÃO, DIVULGAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO PRAC	Documento a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA e apresentado no prazo fixado na Cláusula 7.1 do CONTRATO, no qual a CONCESSIONÁRIA apresentará propostas em relação ao PRAC sobre os temas de educação ambiental, interpretação ambiental, pesquisa e engajamento, de forma compatível com o ANEXO II.B do CONTRATO.
PLANO DE DESAPROPRIAÇÃO	Documento a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA e apresentado no prazo fixado na Cláusula 7.1 do CONTRATO, em conformidade com o disposto no CONTRATO e em seu ANEXO II.C.
PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL	Documento a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA e apresentado no prazo fixado na Cláusula 7.1 do CONTRATO, com o conteúdo mínimo previsto no ANEXO II.A do CONTRATO.
PLANO DE GESTÃO E OPERAÇÃO DO PRAC	Documento a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA e apresentado no prazo fixado na Cláusula 7.1 do CONTRATO, no qual a CONCESSIONÁRIA apresentará propostas em relação à gestão do PRAC, de forma compatível com o ANEXO II.B do CONTRATO.
PLANO DE INTERVENÇÕES DO PRAC	Documento a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA e apresentado no prazo fixado na Cláusula 7.1 do CONTRATO, no qual a CONCESSIONÁRIA apresentará propostas em relação às INTERVENÇÕES do PRAC, de forma compatível com o ANEXO II.B do CONTRATO.
PLANO DE DESMOBILIZAÇÃO	Documento a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA e apresentado no prazo fixado na Cláusula 7.1 do CONTRATO, no qual a CONCESSIONÁRIA descreverá o processo de desmobilização da ÁREA DA CONCESSÃO e dos SERVIÇOS, ao final

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025

Concessão de Uso do Complexo Turístico Ferroviário da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

	da CONCESSÃO, atendendo ao conteúdo mínimo estabelecido no CONTRATO, com o objetivo de viabilizar a reversão dos BENS REVERSÍVEIS e garantir a contínua e adequada prestação dos SERVIÇOS e operação da ÁREA DA CONCESSÃO.
PLANO DE IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO	<p>Documento a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA e apresentado no prazo fixado na Cláusula 7.1 do CONTRATO, devendo: (i) ser elaborado nos termos dos ANEXOS II.C e IV; (ii) indicar os SERVIÇOS DE PASSEIO TURÍSTICO e os EMPREENDIMENTOS que a CONCESSIONÁRIA propõe prestar e realizar na CONCESSÃO, observado o disposto no ANEXO II.C; (iii) conter: (a) o PROGRAMA DE EXECUÇÃO, que abrangerá os CRONOGRAMAS DE IMPLANTAÇÃO e os CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS; (b) o PLANO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL RODANTE; (c) o PLANO DE MANUTENÇÃO DE MATERIAL RODANTE; e (d) os demais planos citados no ANEXO II.C; e (iv) indicar os valores que, semestralmente, deverá receber à título de RECURSOS DE RECOMPOSIÇÃO.</p> <p>Para fins do item “ii” acima, a CONCESSIONÁRIA deverá, na elaboração do PLANO DE IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO: (i) considerar, minimamente, a prestação de SERVIÇOS DE PASSEIO TURÍSTICO nos trechos e com as especificações técnicas mínimas previstas nos itens 1.1.1, 1.1.2 e 1.1.3 do ANEXO II.C; e (ii) observar os prazos máximos estabelecidos no ANEXO II.C para o início da prestação dos referidos SERVIÇOS DE PASSEIO TURÍSTICOS.</p>
PLANO DE SEGUROS	Documento a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA e apresentado no prazo fixado na Cláusula 7.1 do CONTRATO no qual a CONCESSIONÁRIA deverá descrever todos os seguros a serem obtidos e mantidos pela CONCESSIONÁRIA para a prestação dos SERVIÇOS e a operação da ÁREA DA CONCESSÃO, contemplando, no mínimo, os seguros obrigatórios exigidos na Cláusula 50 Erro! Fonte de referência não encontrada. do CONTRATO.
PLANO DE TRANSFERÊNCIA OPERACIONAL	Documento a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA e apresentado no prazo fixado na Cláusula 7.1 do CONTRATO, no qual a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar registro escrito das ações que pretende desenvolver durante sua atuação para a transição operacional, conforme as especificações do ANEXO III do CONTRATO.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025

Concessão de Uso do Complexo Turístico Ferroviário da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

PLANOS	Conjuntamente, os seguintes planos e programas a serem apresentados pela CONCESSIONÁRIA: (i) o PLANO AMBIENTAL DO PRAC; (ii) o PLANO COMERCIAL DE RECEITAS ACESSÓRIAS; (iii) o PLANO DE COMUNICAÇÃO, DIVULGAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO PRAC; (iv) o PLANO DE DESAPROPRIAÇÃO; (v) o PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL; (vi) o PLANO DE GESTÃO E OPERAÇÃO DO PRAC; (vii) o PLANO DE DESMOBILIZAÇÃO; (viii) o PLANO DE IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO; (ix) o PLANO DE INTERVENÇÕES DO PRAC; (x) o PLANO DE SEGUROS; e (xi) o PLANO DE TRANSFERÊNCIA OPERACIONAL.
PODER CONCEDENTE	O ESTADO DE SÃO PAULO, representado pela SPI.
POLÍTICA DE VIAGEM	Política de viagem relativa aos SERVIÇOS DE PASSEIO TURÍSTICO, a ser apresentada pela CONCESSIONÁRIA e homologada pela AGÊNCIA REGULADORA, com detalhamento dos direitos e deveres específicos dos USUÁRIOS dos SERVIÇOS DE PASSEIO TURÍSTICO, nos termos previstos no CONTRATO.
POLÍTICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	Documento a ser elaborado e aprovado pelos órgãos de administração da CONCESSIONÁRIA, publicado e implantado no prazo fixado na Cláusula 38.8 Erro! Fonte de referência não encontrada. do CONTRATO, que deverá conter as regras e condições para a realização de transações entre a CONCESSIONÁRIA e suas PARTES RELACIONADAS, nos termos do CONTRATO, especialmente a Cláusula 38 Erro! Fonte de referência não encontrada. .
PRAC	Parque Reino das Águas Claras, bem de propriedade da EFCJ, que integra o objeto e a ÁREA DA CONCESSÃO.
PRAZO DA CONCESSÃO	O prazo de 24 (vinte e quatro) anos, contados a partir da DATA DE ASSINATURA.
PROFISSIONAL QUALIFICADO	Pessoa física que cumpra os requisitos previstos no EDITAL relativos à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA para contratação com o PODER CONCEDENTE.
PROGRAMA DE CONFORMIDADE (COMPLIANCE)	Documento a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA e, após avaliação e aprovação por parte da AGÊNCIA REGULADORA, implementado pela CONCESSIONÁRIA, no prazo referido na Cláusula 40.1 Erro! Fonte de referência não encontrada. do CONTRATO, contemplando mecanismos e procedimentos internos com regras de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades, aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025

Concessão de Uso do Complexo Turístico Ferroviário da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

	detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, nos termos descritos na Cláusula 40 Erro! Fonte de referência não encontrada. do CONTRATO.
PROGRAMA DE EXECUÇÃO	Documento integrante do PLANO IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO, a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA, que deverá conter os CRONOGRAMAS DE IMPLANTAÇÃO e CRONOGRAMAS FÍSICOS-EXECUTIVOS, além de descrição detalhada das atividades relacionadas às ações e à programação da execução de cada um dos EMPREENDIMENTOS previstos no ANEXO II.C, incluindo informações sobre as atividades e procedimentos técnico-administrativos e de segurança, bem como a previsão de liberação de áreas para a desapropriação, de forma compatível com o PLANO DE DESAPROPRIAÇÃO, observados os termos do CONTRATO e do seu ANEXO II.C.
PROGRAMA DE PRIVACIDADE DE DADOS	Programa a ser apresentado pela CONCESSIONÁRIA, que tratará do TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS e deverá ter o conteúdo mínimo descrito na Cláusula 47.3.1 Erro! Fonte de referência não encontrada. do CONTRATO.
PROJETO BÁSICO	Documento que corresponde a um conjunto de elementos que, sem limitar ou afastar os demais riscos alocados à CONCESSIONÁRIA, permitem a caracterização da obra, do serviço ou do complexo de obras e serviços que compõem cada EMPREENDIMENTO, de tal modo que suas características básicas e desempenho almejado estejam definidos, detalhando custos e prazos de execução. A elaboração, a apresentação e a aprovação dos PROJETOS BÁSICOS deverão observar a legislação pertinente e os termos dos ANEXOS do CONTRATO.
PROJETO EXECUTIVO	Documento que corresponde ao conjunto dos elementos tidos como necessários e suficientes à execução completa de cada EMPREENDIMENTO. A elaboração, a apresentação e aprovação dos PROJETOS EXECUTIVOS deverão observar os termos dos ANEXOS do CONTRATO.
PROPOSTA ou PROPOSTAS	Conjunto de documentos entregues pela LICITANTE para participação na LICITAÇÃO.
PROPOSTA COMERCIAL	Proposta na qual foi proposto o valor da OUTORGA FIXA, conforme regramento do EDITAL.
PROPOSTA COMERCIAL VENCEDORA	PROPOSTA COMERCIAL apresentada pela LICITANTE VENCEDORA, que se sagrou vencedora da LICITAÇÃO.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025

Concessão de Uso do Complexo Turístico Ferroviário da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	Documentação estabelecida no EDITAL para comprovação das condições econômico-financeiras exigidas para contratação com o PODER CONCEDENTE.
QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	Documentação estabelecida no EDITAL para comprovação das condições técnicas exigidas para contratação com o PODER CONCEDENTE.
RECEITA BRUTA	A receita obtida com a venda de INGRESSOS e as RECEITAS ACESSÓRIAS, excluídos os RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO, previamente à incidência de quaisquer dos tributos incidentes sobre tais receitas.
RECEITAS ACESSÓRIAS	Receitas auferidas direta ou indiretamente pela CONCESSIONÁRIA, por meio da exploração ou execução de serviços acessórios, alternativos ou complementares ao objeto principal da CONCESSÃO, não incluindo as decorrentes de NEGÓCIOS PÚBLICOS, mas incluindo aquelas decorrentes: (i) da exploração comercial ou locação/cessão de espaços comerciais na ÁREA DA CONCESSÃO; (ii) da exploração de empreendimentos associados na ÁREA DA CONCESSÃO; (iii) prestação de serviços e/ou venda de produtos no PRAC; e (iv) da exploração das demais atividades listadas no ANEXO XII do CONTRATO.
RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO	Montante a ser disponibilizado à CONCESSIONÁRIA para auxílio ao custeio dos investimentos de recomposição dos ativos de propriedade da EFCJ disponibilizados à CONCESSIONÁRIA, que compõem a INFRAESTRUTURA EXISTENTE, correspondentes aos EMPREENDIMENTOS, conforme disposto no art. 21 da Lei Federal nº 4.320/1964, no CONTRATO e no seu ANEXO XI. Os RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO serão disponibilizados à CONCESSIONÁRIA em parcelas, em função da execução dos PACOTES DE INVESTIMENTOS previstos no ANEXO XI.A do CONTRATO.
REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA	Atributo decorrente da inexistência de pendências relacionadas às obrigações fiscais e trabalhistas cuja regularidade é exigida, na forma do EDITAL, para contratação com o PODER CONCEDENTE.
REIDI	Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura, benefício fiscal instituído pela Lei Federal nº 11.488/2007.
RELATÓRIO DA INFRAESTRUTURA EXISTENTE	Significa o relatório, a ser elaborado pelo AUDITOR INDEPENDENTE nos termos do procedimento descrito no ANEXO III do CONTRATO, que deverá apontar o efetivo estado de

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025

Concessão de Uso do Complexo Turístico Ferroviário da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

	conservação dos BENS REVERSÍVEIS e os quantitativos dos ativos que compõem a INFRAESTRUTURA EXISTENTE, conforme indicado nos ANEXOS, no CONTRATO e no DATA-ROOM, frente a seu estado real, bem como os PASSIVOS AMBIENTAIS identificados na ÁREA DA CONCESSÃO e na infraestrutura arrolada no ANEXO I do CONTRATO, desde que tais PASSIVOS AMBIENTAIS não tenham sido indicados no ANEXO IV do CONTRATO.
REPRESENTANTE CREDENCIADO	Pessoas físicas autorizadas a representar os LICITANTES em todos os documentos e atos relacionados à LICITAÇÃO.
RESPONSÁVEL TÉCNICO	Pessoa física indicada pela CONCESSIONÁRIA, com vínculo direto ou indireto com a CONCESSIONÁRIA, com poderes para representá-la perante a fiscalização da AGÊNCIA REGULADORA.
RESULTADO PROVISÓRIO DA LICITAÇÃO	Resultado preliminar da LICITAÇÃO, antes do recebimento e julgamento de eventuais recursos.
REVISÃO EXTRAORDINÁRIA	Revisão do CONTRATO, realizada a pedido da CONCESSIONÁRIA ou por ato de ofício da AGÊNCIA REGULADORA, a fim de ajustar o CONTRATO em face da materialização concreta ou iminente de evento cujas consequências sejam suficientemente gravosas a ponto de ensejar a necessidade de avaliação e providências urgentes, nos termos da Cláusula 32 do CONTRATO.
REVISÃO ORDINÁRIA	Revisão do CONTRATO, realizada quinquenalmente, a partir da assinatura do TERMO DE ENTREGA DA INFRAESTRUTURA EXISTENTE, nos termos da Cláusula 31 do CONTRATO.
SERVIÇO ADEQUADO	Prestação dos SERVIÇOS que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, efetividade, segurança, atualidade, generalidade, transparência e cortesia na sua prestação, dentro dos melhores parâmetros de qualidade, valendo-se de todos os meios e recursos para sua execução, observando os padrões e procedimentos estabelecidos no CONTRATO, aqueles determinados pelo PODER CONCEDENTE e pela AGÊNCIA REGULADORA, e os termos da legislação e regulamentação vigentes, especialmente o artigo 6º da LEI DAS CONCESSÕES, o artigo 4º da Lei Federal nº 13.460/2017 e o artigo 17 da Lei Estadual nº 7.835/1992.
SERVIÇOS DO PRAC	Conjuntamente, os serviços de exploração, manutenção e conservação do PRAC.
SERVIÇOS DE PASSEIO TURÍSTICO	Serviços de caráter turístico a serem prestados pela CONCESSIONÁRIA ao longo da FERROVIA, na forma do PLANO DE

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025

Concessão de Uso do Complexo Turístico Ferroviário da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

	IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO e em conformidade com as previsões e requisitos mínimos do CONTRATO e dos seus ANEXOS.
SERVIÇO TURÍSTICO MÉDIO	Serviço de transporte ferroviário turístico operado com material rodante do tipo cremalheira e/ou litorina, no trecho entre a Estação Nova Portal e a Estação Eugênio Lefèvre.
SERVIÇO TURÍSTICO PARADOR CURTO	Serviço de transporte ferroviário turístico operado com material rodante do tipo bonde, no trecho entre as Estações Emilio Ribas e Nova Portal, com atendimento a todas as estações em operação no trecho.
SERVIÇO TURÍSTICO EXPRESSO	Serviço de transporte ferroviário turístico operado com material rodante do tipo maria fumaça, no trecho entre as Estações Emilio Ribas e Abernóssia, com atendimento exclusivo a essas duas estações.
SERVIÇOS	Conjuntamente, os SERVIÇOS DO PRAC e os SERVIÇOS DE PASSEIO TURÍSTICO.
SESSÃO PÚBLICA	Sessão pública presencial para apresentação dos ENVELOPES, para abertura das PROPOSTAS e para a prática dos demais atos pertinentes à LICITAÇÃO.
SESSÃO PÚBLICA DE ENTREGA DOS ENVELOPES	SESSÃO PÚBLICA para apresentação dos ENVELOPES.
SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS	SESSÃO PÚBLICA para abertura das PROPOSTAS.
SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE	Solicitação feita pela CONCESSIONÁRIA, sujeita à prévia anuência pela AGÊNCIA REGULADORA, para a TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE direto da CONCESSIONÁRIA, na situação em que tal anuência for necessária nos termos da Cláusula 39 Erro! Fonte de referência não encontrada. do CONTRATO, observados os termos previstos no ACORDO TRIPARTITE, caso este seja assinado.
SPE OU SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO	Sociedade anônima, constituída em conformidade da lei brasileira, com a finalidade específica de explorar a ÁREA DA CONCESSÃO e prestar os SERVIÇOS objeto da CONCESSÃO.
SPI	Secretaria de Estado de Parcerias em Investimentos
STM	Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos.
SUBCONTRATADO	Terceiro contratado à conta e risco da CONCESSIONÁRIA para execução de atividades e serviços afetos à CONCESSÃO.
SUCESSORA	Futura operadora(s) da CONCESSÃO, que venha a suceder a

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025

Concessão de Uso do Complexo Turístico Ferroviário da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

	CONCESSIONÁRIA, observadas as previsões legais pertinentes.
SUSEP	Superintendência de Seguros Privados.
TAXA DE DESCONTO	Taxa calculada nos termos da Cláusula 29.5.2.3 do CONTRATO, utilizada para descontar valores constantes de um fluxo de caixa.
TAXA SELIC	Taxa básica de juros da economia brasileira, definida pelo Comitê de Política Monetária - Copom do Banco Central do Brasil.
TERCEIRO INTERESSADO	Terceiro interessado: (i) na expansão ou melhoria dos SERVIÇOS, na melhoria da operação da ÁREA DA CONCESSÃO ou em gerar benefícios aos USUÁRIOS, que pretenda executar obras na ÁREA DA CONCESSÃO, das quais resultará uma INFRAESTRUTURA INCORPORADA, conforme regrado na Cláusula 35 do CONTRATO; (ii) no compartilhamento da infraestrutura da FERROVIA e de seus recursos operacionais, conforme regrado na Cláusula 36 do CONTRATO; ou (iii) na conexão de trechos à FERROVIA, conforme regrado na Cláusula 37 do CONTRATO.
TERMO DE ENTREGA DA INFRAESTRUTURA EXISTENTE	Documento a ser assinado pela AGÊNCIA REGULADORA e pela CONCESSIONÁRIA na data de emissão da versão final do RELATÓRIO DA INFRAESTRUTURA EXISTENTE.
TERMO DE FISCALIZAÇÃO	Documento a ser emitido pela AGÊNCIA REGULADORA, que deverá conter os registros das ocorrências apuradas nas fiscalizações realizadas nos SERVIÇOS prestados pela CONCESSIONÁRIA e na operação da ÁREA DA CONCESSÃO, para a regularização das inadimplências, faltas ou defeitos verificados, sem prejuízo da imediata aplicação do resultado da fiscalização para os efeitos previstos no CONTRATO, especialmente para fins de mensuração dos INDICADORES DE DESEMPENHO e para fins de instauração de processo administrativo sancionatório.
TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DA INFRAESTRUTURA INCORPORADA	Documento que deverá ser emitido pela AGÊNCIA REGULADORA ao final da vistoria conjunta referida na Cláusula 35.13 do CONTRATO caso: (i) não tenham sido identificadas inconsistências ou falhas na INFRAESTRUTURA INCORPORADA, nos termos da Cláusula 35.10.6.1 Erro! Fonte de referência não encontrada. do CONTRATO; ou (ii) em sendo identificadas inconsistências ou falhas na INFRAESTRUTURA INCORPORADA, estas tenham sido integralmente sanadas, conforme disposto na Cláusula 35.15 Erro! Fonte de referência não encontrada. do CONTRATO.
TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO DA	Documento que deverá ser emitido pela AGÊNCIA REGULADORA ao final da vistoria conjunta referida na Cláusula 35.13 Erro!

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025

Concessão de Uso do Complexo Turístico Ferroviário da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

INFRAESTRUTURA INCORPORADA	Fonte de referência não encontrada. do CONTRATO, caso sejam identificadas inconsistências ou falhas na INFRAESTRUTURA INCORPORADA que não comprometam a segurança operacional e a qualidade dos SERVIÇOS ou da operação da ÁREA DA CONCESSÃO, nos termos da Cláusula 35.15.2 Erro! Fonte de referência não encontrada. do CONTRATO, e que não se qualifiquem como itens impeditivos à operação.
TERMO DEFINITIVO DE DEVOLUÇÃO	Documento a ser assinado pela AGÊNCIA REGULADORA e pela CONCESSIONÁRIA, em até 2 (dois) meses contados do fim do PRAZO DA CONCESSÃO, desde que sejam cumpridas todas as condições determinadas no TERMO PROVISÓRIO DE DEVOLUÇÃO, inclusive o adimplemento das eventuais indenizações, nos termos do ANEXO III do CONTRATO.
TERMO PROVISÓRIO DE DEVOLUÇÃO	Documento a ser emitido com 18 (dezoito) meses de antecedência em relação ao fim do PRAZO DA CONCESSÃO, nos termos do ANEXO III do CONTRATO, que deverá conter a situação dos BENS INTEGRANTES e a eventual necessidade de correções ou substituições, sob responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, bem como a previsão de treinamento de pessoal indicado pelo PODER CONCEDENTE e/ou da SUCESSORA, não cabendo qualquer tipo de ressarcimento à CONCESSIONÁRIA.
TITULAR DE DADOS PESSOAIS	Pessoa natural identificada ou identificável que seja titular de DADOS PESSOAIS.
TRANSAÇÃO	Alienação do CONTROLE ou da totalidade do capital social da CONCESSIONÁRIA a terceiro, ou transferência da CONCESSÃO na forma do artigo 27 da LEI DAS CONCESSÕES, nos termos dispostos pela Cláusula 39 Erro! Fonte de referência não encontrada. do CONTRATO.
TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE	Qualquer alteração de composição societária, alteração de acordo de acionistas ou qualquer outra operação que, na forma da legislação vigente, implique modificação do CONTROLE da CONCESSIONÁRIA, observado o disposto na Lei Federal nº 6.404/76.
TRATAMENTO OU TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS	Toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025

Concessão de Uso do Complexo Turístico Ferroviário da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

TRIBUNAL ARBITRAL	Colegiado arbitral institucional a ser designado nos termos da Cláusula 70 Erro! Fonte de referência não encontrada. do CONTRATO para solução das controvérsias sujeitas à arbitragem.
UNIÃO	Pessoa jurídica de Direito Público representante do Governo Federal no âmbito interno e da República Federativa do Brasil no âmbito externo, reunindo todos os Estados brasileiros que formam a República Federativa do Brasil.
USUÁRIO	Pessoa natural beneficiária dos SERVIÇOS e demais atividades prestadas pela CONCESSIONÁRIA na ÁREA DA CONCESSÃO.
VALOR ESTIMADO DO CONTRATO	Valor estimado do CONTRATO, equivalente ao somatório dos investimentos, conforme previsto na Cláusula Erro! Fonte de referência não encontrada. do CONTRATO.
VERIFICADOR INDEPENDENTE	Empresa ou consórcio de empresas a ser contratada(o) pela CONCESSIONÁRIA, no prazo fixado no ANEXO X, para atuar como avaliador independente dos INDICADORES DE DESEMPENHO, nos termos da Cláusula 22 do CONTRATO e de seu ANEXO X, sem prejuízo das competências da AGÊNCIA REGULADORA.
VIA PERMANENTE	Sistema de sustentação e guiagem do tráfego de veículos ferroviários, constituído de componentes e instalações distribuídos em dois subsistemas, a saber: (i) infraestrutura (aterros, cortes, provisões de contenção de taludes, obras de arte, drenagem); e (ii) superestrutura (trilhos, desvios, dormentes, acessórios de fixação, dispositivos amortecedores, lastro, sub lastro).
VISITA TÉCNICA	Visita disponível durante a LICITAÇÃO, nos termos do EDITAL, com o objetivo de possibilitar ao interessado a obtenção de informações e subsídios técnicos que julgar convenientes para a elaboração da sua PROPOSTA COMERCIAL.
VPL	Valor Presente Líquido.